

A RESIGNIFICAÇÃO DO MUNDO RURAL FRENTE A REESTRUTURA PRODUTIVA Do Campo Brasileiro

Silvana Lúcia da Silva Lima¹

O capitalismo separou “de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e meios de subsistência (...) do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”

(Karl Marx, *O Capital*)

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o debate acadêmico a cerca do processo de (re)estruturação do espaço rural brasileiro no âmbito da ciência geográfica. Partindo da abordagem dialética, trabalhou-se com os condicionantes políticos e econômicos da realidade, resgatando o caráter ideológico da luta de classes como definidores dos processos histórico-sociais em curso. Parte-se do pressuposto de que o espaço rural é uma estrutura sócio-territorial produzida e reproduzida pela lógica contraditória inerente ao desenvolvimento capitalista que reproduz espaços rurais e urbanos para garantir sua própria reprodução, tendo impactos diretos nas condições materiais que garantem, ou não, a reprodução do homem rural enquanto camponês.

Palavras-chave: REESTRUTURA PRODUTIVA, RURAL, TERRITÓRIO
PRODUCTIVE RESTRUCTURING, RURAL, TERRITORY

Summary

**THE RESIGNIFICAÇÃO FRONT OF THE WORLD RURAL
PRODUCTIVE RESTRUCTURING OF FIELD BRAZILIAN**

¹ Doutora em geografia pela UFS e atual professora contratada da Universidade Estadual de Alagoas

This article aims to present the academic debate about the process of (re) structuring of rural Brazil in the context of human science. Starting from the dialectical approach, worked with the political and economic constraints of reality, rescuing the ideological character of the class struggle as defining the historical and social processes underway. It is assumed that the countryside is a socio-territorial structure produced and reproduced by the contradictory logic inherent in the capitalist development that plays urban and rural areas to ensure its own reproduction, with direct impacts in material conditions that guarantee, or not, playing the man while rural peasant.

Introdução

Discutir as transformações no mundo rural brasileiro implica em mergulhar no debate teórico-metodológico, político e ideológico que envolveu os intelectuais acadêmicos e políticos a partir dos anos de 1960.

Pensando a questão, Ariovaldo U. de Oliveira insiste na idéia de que

Estamos inseridos no turbilhão da modernidade. Uns engajam-se no *estabelecimento*, outro criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. (OLIVEIRA, 2004, p. 30)

Frente à dinamicidade da realidade rural brasileira, a Geografia Agrária também tem participado deste debate. Como explica Darlene Ferreira (2002, p. 16), “as formas de análises mudam acompanhadas das transformações ocorridas no meio rural e, na ciência geográfica, de maneira geral”.

Entre as transformações podemos destacar a modernização produtiva e agrícola, o êxodo rural, a concentração de terras e de renda, os conflitos e os movimentos sociais no campo, o avanço da fronteira agrícola e da monocultura etc., que foram, nas últimas décadas, objetos de investigação de inúmeras pesquisas nos diversos campos das ciências sociais e agrárias.

O que unifica e separa estes e outros temas de pesquisa relacionados a questão rural é sua contextualização dentro do processo mais amplo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista sob a agricultura.

Mas, pensar o agro do ponto de vista da Geografia e da expansão do modo de produção dominante implicou em aprofundar o diálogo com as demais ciências humanas e sociais, especialmente com a História, a Sociologia, a Economia etc., através de autores que foram grandes referências na geografia agrária como Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Léo Huberman e Caio Prado Júnior - guardando as devidas diferenças entre eles, e outros que são referenciados nesta pesquisa.

No âmbito da ciência geográfica, tanto Oliveira (1996 e 2004) como Ferreira (2002) fazem menção às contribuições de Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde, dentre outros, que pautados pela influência marxista produziam num contexto em que a tradição intelectual da época guardava uma sólida relação entre o fazer acadêmico e “a posição política de compromisso com a transformação da sociedade” (OLIVEIRA, 2004, p. 32).

O economista Guilherme Delgado (2005, p. 23), ao tratar da construção teórica e política da Questão Agrária no pensamento econômico nos anos 60, faz referência a quatro *centros de reflexão da intelectualidade*: o Partido Comunista Brasileiro – PCB, a ala progressista da Igreja Católica, a CEPAL e os economistas conservadores a serviço do governo militar.

O resgate de Delgado é importante, pois faz referência a atores sociais e políticos que tiveram grande influência no fazer acadêmico e na efervescência da vida política rural brasileira, esclarecendo a leitura dos processos no momento histórico analisado.

O Partido Comunista Brasileiro – PCB teve como protagonistas Caio Prado Júnior, Inácio Rangel e Alberto Passos Guimarães e atacaram às *relações sociais fundiárias e de trabalho* estabelecidas no meio rural brasileiro.

Prado Jr. (1994, 41ª Ed.) acreditava que a estrutura agrária do país era responsável pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira (p. 334). Dizia que era preciso criar novas bases, libertar o Brasil do passado colonial (p. 342) e por isso defendia o assalariamento crescente e uma legislação trabalhista específica.

Rangel enxergava uma *superpopulação rural* sendo necessário expandir o mercado urbano e externo como forma de criar alternativas para a população rural. Guimarães defendia a tese de um Brasil com *restos feudais* e que só a

reforma agrária destruiria o feudalismo agrário cuja materialização era o latifúndio.

A ala progressista da Igreja Católica discutia a partir de sua Doutrina Social dando ênfase a questão da reforma agrária. Segundo Delgado é o *centro de reflexão intelectual* menos intelectualizado, pois, divulgava seu pensamento a partir das declarações dos bispos, das Cartas Pastorais e das Encíclicas Sociais do Vaticano. Através destes, fazia uma defesa incisiva da reforma agrária e caía em campo para promover a *luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro*, defendendo o *princípio da função social da propriedade fundiária*, o que mais tarde foi incorporado ao Estatuto da Terra (1964) e a Constituição de 1988. Desta ação católica específica surgiram outros movimentos sociais, entre eles o MST.

A CEPAL teve por expoente Celso Furtado, o *teórico do subdesenvolvimento* orientado por uma *leitura keynesiana da história brasileira*. Sua tese sobre o dualismo das economias latino-americanas identificou um setor atrasado (agrícola), obstáculo ao crescimento do setor moderno (urbano-industrial), pois, o primeiro *não atendia aos requisitos da demanda de alimento do segundo*. Ao enxergar os problemas estruturais do setor agrícola brasileiro, bem como do Nordeste brasileiro, Furtado propôs a reforma agrária e a industrialização como política de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2003b).

O quarto *centro de reflexão da intelectualidade* foi constituído por um grupo de economistas da USP liderado por Delfim Neto. Este não considera a questão agrária como central, pois, para ele a estrutura agrária não seria um empecilho à modernização produtiva proposta pelos governos militares, chamada por seus críticos de *modernização conservadora*.

Assim, Delgado identificou em cada um dos *centros de reflexão da intelectualidade* um tipo de debate político articulador do fazer acadêmico e da militância política para dar conta do entendimento da realidade agrária e da elaboração de uma agenda propositiva, seja para os partidos políticos, seja para os movimentos sociais no campo ou para a ação governamental.

Todavia, José de Souza Martins lembra-nos que os governos militares deram respostas incisivas as ações dos novos atores sociais do campo que surgiram a época. Através da militarização violenta o governo tentou *controlar e*

domesticar o demônio político que libertou com sua política agrária e econômica (1984, P. 15). Por isso perseguiu, prendeu, mutilou e matou lideranças políticas.

Ao tratar das questões teórico-metodológicas sobre As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro, Oliveira (1998) identifica três vertentes do pensamento marxista interpretadoras da realidade e propositora de ações.

A primeira tese, já superada, dizia que ***para que o campo se desenvolvesse seria preciso acabar com as relações feudais ou semi-feudais existentes e ampliar o trabalho assalariado no campo*** (Id., p. 5). Nesta tese, os camponeses teriam um papel central na luta contra o latifúndio, sendo o PCB a principal arena deste debate tendo por expoentes Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Orlando Valverde e Inácio Rangel.

Tratou-se de um projeto político, elaborado por intelectuais orgânicos do PCB, que buscavam combater a base produtiva rígida ainda de base agrária.

Inácio Rangel (In: STEDILE, 2005), além de comungar com esta corrente de pensamento era um dos principais seguidores da chamada *escola cepalina*.

Ele analisava o excedente de mão-de-obra produzido pelo sistema econômico vigente que não tinha condições de absolver, especialmente, a população rural. Como um bom cepalino, Rangel identificava uma sociedade dual pautada pelo atraso (mundo agrário, latifúndio) e pela modernidade (mundo urbano-industrial em formação). Identificava também que a terra concentrada não seria um obstáculo a expansão do capitalismo e que era necessário modernizá-la para superar o subdesenvolvimento brasileiro lido como ausência de formas produtivas capitalistas modernas.

Vale ainda lembrar que a tese da “modernização sem reforma” foi também “o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964” incorporado ao Estatuto da Terra (DELGADO, 2005, p. 29).

A segunda tese, ainda bastante defendida, entende que o campo ***já está desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguiria*** (Id., p. 5).

Influenciados por Kautsky e Lênin podemos destacar os trabalhos de Claus Germer e José Graziano da Silva, muito embora possuam posturas e filiações político-ideológicas distintas.

Para Germer (*In: STÉDILE, 2002*) a agricultura brasileira é medularmente capitalista (Id., p. 148). Com isso, o assalariamento, relação de produção especialmente capitalista, é a forma predominante no meio rural brasileiro.

No texto *Acumulação do capital e proletarização na agricultura brasileira* (1992) Germer diz que a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira leva em conta duas motivações fundamentais: uma econômica e outra política.

Para ele a revolução técnica na agricultura, de base conservadora da estrutura de poder, foi a materialização da motivação econômica. Esta viabilizou a industrialização da agricultura, implicando no uso de insumos e equipamentos modernos mediados pelo acesso ao crédito rural cujo objetivo era ampliar a escala de produção. O resultado foi uma ampla revolução na estrutura de classes.

A motivação política foi impedir o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos no campo.

Ele lembra que a lei da reprodução crescente ampliada é a tendência do capital, o que tem levado a expropriação e expulsão dos lavradores cuja existência estava baseada estritamente no trabalho familiar.

Sobre este prisma, o resultado da expropriação é uma conseqüente transformação do trabalhador rural em operário rural, em trabalhador dono apenas da força de trabalho, livre, ou seja, inserido na relação social capitalista. Nela, o trabalho é apropriado pelo capital e convertido em parte do capital, em mão-de-obra assalariada que vai buscar no mercado o que precisa para se reproduzir como trabalhador.

A relação social capitalista, que do ponto de vista ideológico, é uma relação entre homens livres e iguais, é a contradição fundamental do capital. Através do trabalho o homem recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição numa relação alienadora, pois impede que o trabalhador descubra a verdade da essência da sua relação com o capital.

Portanto, os trabalhadores rurais são pessoas exploradas através do trabalho e só a socialização dos meios de produção podem libertá-lo da exploração. Esta conquista só se efetivará quando o proletariado rural articular “a luta pela socialização dos meios de produção dos assalariados rurais [com a] luta pela reforma agrária” (Id., p. 151).

Para Graziano da Silva (1994, 17ª ed.), debater o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro implica em analisar a industrialização da agricultura onde o importante é compreender como “as barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas” (Idem., p. 14). Em outro texto, ele também afirma que este processo “se fez gerando e concentrando profundas riquezas e misérias” (*In*: STÉDILE, 2002, p. 139).

Ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo no final dos anos 1980, Silva já defendia a existência de uma tendência a integração de capitais, aonde a produção familiar ou camponesa vinha perdendo rapidamente espaço com a redução na sazonalidade do trabalho temporário, pois, cada vez mais a indústria tornava-se a maior responsável pela alimentação da população.

Para o autor, a reforma agrária já não é mais uma necessidade para a classe produtora, mas apenas para os pequenos trabalhadores rurais, sem ou com pouca terra.

Como o latifúndio já não é mais um empecilho para a expansão do capitalismo no campo, surge aqui outra contradição - a relação entre a terra e o capital.

“A propriedade da terra constitui apenas a condição necessária, mas não suficiente para a existência da renda, seja ela diferencial ou absoluta”² (SILVA, 1981, p. 10).

Ele partia do pressuposto de que a tendência do capital é dominar tudo. A terra pode ser um obstáculo para o avanço do capital já que precisa de intermediações para produzir mercadorias. Como esta intermediação implica em novos investimentos, é uma irracionalidade, uma contradição sua apropriação.

Enquanto instrumento de trabalho, é possível monopolizar a terra, assim como dos demais meios de produção, o que também provoca a subjugação do trabalhador rural ao capital. Ao separá-lo do seu instrumento de trabalho, ele é forçado a pagar uma renda pelo uso ou pela apropriação da terra, transformado-a em mercadoria.

² Sobre a renda da terra diferencial e absoluta ver Silva (1981) e Oliveira (1998)

Respaldado em Marx, Silva (Id., p. 160) ainda destaca que “quando o capitalista paga pela utilização da terra, está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda {com o propósito de que] ela produza sob o seu domínio e conforme os pressupostos do capital” (p. 162). Mas, não é na produção que nasce a renda capitalizada da terra, mas sim na distribuição de mais-valia. Como o próprio Marx deixou claro

A renda da terra deixa de ser a forma normal da mais-valia e do trabalho excedente, para reduzir-se à sobra desse trabalho excedente, a qual aparece depois de deduzida a parte que se apropria o explorador capitalista sob a forma de lucro.

(MARX, 1974, v. III, p. 915)

Não obstante, para Silva a questão central é saber como o capital submeteu a propriedade da terra para comandar o processo produtivo.

O autor resgatou Marx para dizer que “o progresso técnico representaria uma maneira do capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária” (SILVA, 1981, p. 22). Mas, na experiência brasileira de modernização agrícola vimos o aumento da concentração fundiária como uma condição para sua realização. Como mostra Graziano da Silva.

A evolução da agricultura paulista nos últimos anos marca-se pela persistência de um padrão de distribuição da propriedade altamente concentrado (...). Esse movimento não constitui apenas numa substituição de culturas, mas dos próprios produtores. Assim, quando se troca arroz e feijão por soja e cana, são as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo substituídas pela grande produção mecanizada e empresarial (1981, p. 1001).

No livro *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Silva (1996) expõe como o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao substituir as pequenas unidades familiares e proletarizar o camponês, destruiu sua economia natural, decompôs os complexos rurais e constituiu os complexos agroindustriais.

Os complexos rurais são caracterizados por uma simples divisão do trabalho, pela monocultura exportadora e a produção interna dos bens

intermediários e dos meios de produção. Mas, as transformações na economia e na agricultura brasileira possibilitaram a formação e ampliação do mercado interno, a industrialização, à diversificação da produção e a modernização agrícola, ou seja, uma inovação na base técnica mediada pelo sistema de crédito rural, conferindo ao Brasil um novo padrão de acumulação. No âmbito da agricultura deu origem aos complexos agroindustriais.

Estes são delineados pelo novo padrão agrícola caracterizados pela integração com a indústria, contribuindo para a industrialização da agricultura fundada numa base técnica da produção que pode ser triplamente classificada: como inovação mecânica, físico-química e biológica³.

A partir de Projeto Rurbano desenvolvido na década de 1990, Silva e sua equipe passa a identificar um *novo rural brasileiro*, fundado numa nova configuração territorial e em novos grupos de atividades.

Pautado pela globalização e pela financeirização da economia, o que ele visualiza é a homogeneização e a uniformização do padrão produtivo e de consumo mundial chegando aos recantos mais distantes do rural. A agricultura perdeu sua centralidade e o rural passou a ser pautado pela agricultura moderna, pela pluriatividade, pelas atividades não-agrícolas e pelos nichos de mercado numa intensa mercantilização do tempo livre e avanço da urbanização. Porém, as disparidades sociais e regionais permanecem.

Desta forma, a contradição fundamental do capitalismo é conservada - “a produção da riqueza é socializada pelo capital, é social, e a sua apropriação é privada” (SILVA, p. 172) a partir do controle do capital. A sua superação só se dará fora deste sistema.

Outro sim, as diferenças devem ser lidas como expressão das contradições do sistema e se realizam na unidade da contradição.

Para os autores que seguem uma terceira vertente, o desenvolvimento do capitalismo é um processo contraditório e combinado **e ao mesmo tempo em que avança produzindo relações especificamente capitalistas, produz também, igual e contraditoriamente, relações de produção não**

³ Sobre as inovações tecnológicas ver Silva (1981), Bernardo Sorj (*In: Estado e classes sociais na agricultura*, 1989) e Geraldo Muller (*In: Complexos agroindustriais e modernização agrária*, 1989);

capitalistas, entre elas as relações camponesas de produção, através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo (OLIVEIRA, 1998, p. 7).

Entre os mais destacados pensadores desta corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Em sua obra *A acumulação do capital* (1985) Luxemburgo explica que “na realidade não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade que tivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista” (Ibidem., p. 239). Para a autora o que Marx fez em *O Capital* foi usar um esquema explicativo da realidade baseado no pressuposto onde só existem dois tipos de consumidores sociais: capitalistas e operários.

Rosa Luxemburgo não nega que “a realização da mais-valia seja a questão vital da acumulação capitalista”, mas chama atenção para o fato de que existem “camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista” (1985, p. 241) e que, “numa contradição dialética do movimento de acumulação capitalista” também participam desta acumulação (Ibidem. P. 251).

A identificação de outra classe social, além de capitalistas e assalariados, estes autores foram buscar no próprio Marx.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.

(MARX, 1983/Trad. de Barbosa e Kothe. L.3, v.III, p. 317)

Assim como Marx o fez, vale destacar a diferença existente entre os proprietários fundiários determinada a partir do tamanho da terra, ou seja, os grandes proprietários e os camponeses.

Sobre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista no campo é importante resgatar os trabalhos de três geógrafos que estudam a questão agrária: Ariovaldo U. de Oliveira (1998, 1999), Antônio Thomaz Jr.

(2005) e Bernardo Mançano Fernandes (1999), além do cientista social José de Souza Martins (1984, 1986).

Ao tratar das características fundamentais da agricultura brasileira e da lógica que permeia a construção do território, Oliveira (1999) adverte que este tipo de leitura deve ser tomar por referência os movimentos do capitalismo mundial e da internacionalização da economia brasileira, o que os submete aos mecanismos da dívida externa e suas imposições frente ao mercado mundial.

Especialmente a partir dos anos de 1970, a internacionalização da economia introduziu no Brasil um “modo industrial de produzir no campo” (Idem, 1999). Com este processo, aprofundaram-se as relações entre a agricultura e o capital monopolista industrial, gerando homogeneizações e complexificações na realidade rural.

Ao se sujeitar aos mecanismos da dívida externar, o Brasil se sujeitou também aos preços internacionais e ao seu padrão produtivo. Por isso, o país tem ampliado as suas culturas de exportação e com ela a modernização do processo produtivo e a concentração de terras resultando na substituição dos cultivos alimentares destinados ao mercado interno, elementos apresentados anteriormente em Silva (1981).

No entanto, dentro deste “processo de introdução do modo industrial de produzir” e a conseqüente expansão do trabalho assalariado, “o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e combinado” (OLIVEIRA, 1999, p. 77), resultando no processo dialético de seleção e exclusão de produtos, trabalhadores e espaços, de apropriação e expropriação, de acumulação de riquezas e aumento da pobreza.

Quando analisamos o acesso dos diferentes produtores rurais aos insumos e equipamentos, ao crédito rural e as externalizações do trabalho no campo das regiões não selecionadas para receber investimentos produtivos do grande capital percebemos uma realidade distinta daquela identificada nas regiões de agricultura moderna. Mas, tanto nos espaços selecionados como nos excluídos coexistem relações de produção capitalistas e não-capitalistas, porém, com intensidades diferentes.

É no âmbito dessas contradições que Oliveira (Ibid) trata da produção e reprodução eminentemente capitalista e da produção e reprodução não-

capitalista do capital, ou seja, “um processo de produção do capital que se faz por meio de relações não-capitalistas”.

Isto acontece porque o movimento do capital não é homogêneo e linear, dado que a realidade não o é.

Nesse e em outros aspectos Oliveira comunga com o pensamento de José de Souza Martins.

Para Marins (1981) a forma generalizada de fazer a análise das transformações rurais apenas pela via da expansão do capitalismo tem levado à simplificações demasiadas limitando-se a uma relação de causa-efeito.

Em *O cativo da terra* (1998, 7ª ed.) Martins mostra como se deu a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção no Brasil e a propósito expõe

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalista, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas (1998, p. 21) (grifo nosso).

No processo de subordinação um elemento torna-se extensão do outro; o subordinado torna-se parte constituinte do subordinador garantindo-lhe existência.

O autor ainda explica que a subordinação e a criação só são possíveis porque a produção não-capitalista é um recurso que também garante a própria expansão do capitalismo.

Mas, o processo de expansão do capitalismo é também um processo de espacialização da produção, da circulação e do consumo, ou seja, é territorialização do capital no campo e na cidade, obedecendo a mesma lógica da sua reprodução.

Em Oliveira, O território é, pois, um produto da luta de classes sociais distintas envolvidas na produção, na distribuição e no consumo abrangendo trabalhadores, capitalistas e proprietários fundiários que muitas vezes se confundem com o segundo. São as relações sociais e o desenvolvimento das

forças produtivas engendradas pelos movimentos do capital que dão configuração ao território.

A territorialização do capital no campo hoje está marcada pela industrialização de agricultura, sobretudo naquilo que se convencionou chamar de agronegócio, marcado por um duplo processo: 1. de territorialização do capital monopolista e, 2. de monopolização do território pelo capital, onde ora o capital subordina a produção para controlar a circulação, ora subordinado a circulação para controlar a produção.

No campo, ao subordinar a produção, o capital se territorializa através de grandes empresas agropecuárias, estabelecendo monocultivos ou, como estratégias de reprodução os proprietários das agroindústrias somam ao lucro de origem industrial, o lucro agrícola e a renda da terra.

É o que acontece com as atuais culturas do agronegócio: a cana-de-açúcar e a laranja em São Paulo, as frutas tropicais no Nordeste, a soja e a pecuária no Centro-Oeste.

Também neste aspecto Oliveira recebeu as contribuições de José de Souza Martins quando expões que a expansão do capitalismo, “constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si” (MARTINS, 1998, p. 21), passa por etapas onde, inicialmente, a produção da mercadoria é feita sem a necessária relação de produção capitalista, mas ela vai gradativamente produzindo relações de subordinação entre a produção e a circulação.

No processo de construção do território, “produto concreto das lutas de classes” (OLIVEIRA, 1999, p. 74) há uma destruição dialética de múltiplas territorialidades para dar lugar a territorialização e reterritorialização do capital, dando origem a diferentes formações territoriais.

No mundo do trabalho rural, ao mesmo tempo em que expande o trabalho assalariado no campo (relações tipicamente capitalistas), cria e recria o trabalho familiar camponês (relações de produção não capitalistas).

Bernardo M. Fernandes e Antônio Thomas Jr. comungam com a tese do movimento combinado e contraditório do capital aprofundadas em Oliveira e Martins porém, analisam objetos diferentes.

O primeiro autor, ao estudar a formação e territorialização do *MST* (1999) afirma que as transformações na agricultura brasileira, intensificadas nos governos militares, não podem estar dissociadas da luta pela reforma agrária.

Fernandes também explica que o projeto agrário que garantiu a expansão do capitalismo no campo brasileiro foi implantado pelos governos militares e implicou em “isolar o poder dos coronéis latifundiários e impedir a crescimento das lutas dos trabalhadores rurais”. Neste aspecto, adverte

Diante desta realidade (...) não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. O problema da terra no Brasil, na realidade, não passa simplesmente pela distribuição de terra. O que o Estado tem procurado evitar, ao desarticular e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais (1999, p. 31)

é a destruição do “pacto político que sustenta o Estado”. Em *A militarização da questão agrária no Brasil*, Martins já tinha feito a mesma constatação.

Toda a política de terras [dos governos militares] vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimentos das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não dos velhos fazendeiros (...) correspondeu [também] a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais (1984, p. 23).

A concentração fundiária é um dos mecanismos de realização da modernização agrícola sujeitando a terra e com ela os produtores rurais ao capital. É por meio da cobrança da renda para garantir o acesso a terra cativa que o capitalista pode subordinar formalmente as relações sociais de produção capitalistas bem como, as relações de produção camponesas, não-capitalistas.

Fernandes mostra que um dos fatores que intensificou a concentração fundiária foi o processo de territorialização das monoculturas dentro da lógica já apresenta de substituir cultivos alimentares por culturas de exportação mediante a expropriação de pequenas propriedades.

Investigando esse processo no campo paulista, o autor identificou o crescimento do êxodo rural, a diminuição do trabalho familiar, do número de posseiros e o crescimento do trabalho assalariado.

Contudo, a diminuição do trabalho familiar não significou sua eliminação, tanto é que, nos anos 80, com o avanço da luta pela terra e suas ocupações o número de posseiros voltou a subir, visto que, o governo também foi forçado a dar respostas às pressões populares.

Como vimos, existem dois movimentos gerais no campo brasileiro: a expansão do capitalismo e a reação dos trabalhadores rurais organizados. Ambos fazem avançar diferentes relações de produção, especificamente capitalista e não-capitalista.

Ao tratar das novas territorialidades engendradas pelo metabolismo do capital e suas repercussões na esfera organizativa do trabalho, Antônio Thomaz Jr. lembra que compreender o trabalho no campo requer a compreensão das várias formas de existência fragmentada ou externalizações do trabalho (assalariados, sem-terras, camponeses, seringueiros etc) e das cisões entre estes grupos que vivem num mundo em que “a sociabilidade contemporânea, muito mais fetichizada do que em períodos anteriores, reafirma a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias”⁴ (2004, p. 11).

O autor recupera Lukács⁵ para lembrar que “a realidade é uma totalidade concreta, um complexo de complexos” e acrescenta que “o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico” (Ibid, p. 11).

O trabalho redefine relações sociais e o espaço, mas por sua vez é redefinido pela reestruturação produtiva do capital e pelas formas de precarização do trabalho que ela impõe. Nisto, o desenho societal da classe trabalhadora é constante e intensamente refeito (Ibid, p. 12).

Frente ao exposto e a dinâmica da realidade rural e urbana, é uma limitação falar apenas em trabalhadores proletários ou subproletarizados. Pois, a compreensão de classe trabalhadora no campo deve ser feita na sua riqueza e pluralidade e, neste contexto, é possível falar em camponês, muito embora com ponderações quanto ao conceito tradicional.

⁴ Cf. Mészáros, 2002 citado por Thomaz Jr.;

⁵ Lukács, G. *Ontologia do ser social: o trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Campinas, 1995 (Mimeografado);

Continuando o regaste teórico-metodológico sobre a expansão do capitalismo no campo brasileiro, um quinto autor não poderia faltar, o sociólogo Francisco de Oliveira (1981, 2003a e 2003b).

No livro *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco* (2003a), Oliveira faz uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo reportando ao pós-anos 1930, quando a hegemonia agrário-exportadora chegou ao fim. O Brasil inaugurava uma nova época abrindo espaço para a construção de uma nova base produtiva calcada nas atividades urbano-industriais, introduzindo um modelo de acumulação orientado também para o mercado interno.

Para que este projeto se efetivasse foi necessário: 1. redefinir as leis que regulam a relação entre o trabalho e o capital; 2. a intervenção do Estado na esfera econômica, criando as bases para a acumulação capitalista industrial e; 3. a refuncionalização da agricultura (Id., 2003a).

Baseado ainda em Oliveira, centraremos nosso resgate teórico na refuncionalização da agricultura, partindo de um momento político em que a elite dominante em formação, a burguesia urbano-industrial guardava “o compromisso em mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema” (2003a, p. 42).

Dentro desta elasticidade, para todo o Brasil, cabia superar dialeticamente o velho mercado agroexportador e ampliar o subsetor produtor de alimentos destinados às massas urbanas, eliminando um obstáculo para o processo de acumulação urbano-industrial e garantindo a existência do exército industrial de reservas.

Para o autor, o velho setor agrário só tinha duas saídas: reproduzir-se nas condições anteriores ou se extinguir. Mas, a solução teórica encontrada para o problema agrário e acatada pelo Estado, naquele momento histórico, foi: 1. expandir a fronteira agrícola onde era possível; 2. transformar as relações de produção. Enquanto “complexo de soluções, foi um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista” (Ibid, 43).

A expansão do subsetor agrícola produtor de alimentos (pequenos e médios agricultores) se inseriu (e se insere) na lógica capitalista via expropriação “do excedente que se forma pela posse transitória da terra”, ou seja, pela ocupação das fronteiras agrícolas fundada na teoria dos economistas conservadores “de crescimento do bolo”.

Por isso, o avanço da fronteira agrícola brasileira se fez concomitante a abertura de rodovias, pela penetração de monoculturas e da pecuária em áreas distantes do litoral ou, como aconteceu especialmente no Nordeste, pela rotação de terras com a mobilidade do pequeno agricultor.

Quanto à questão fundiária, foi deixada para segundo plano, “ao mesmo tempo em que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado” (OLIVEIRA, 2003A, p. 45)

Para os trabalhadores rurais, a suposta solução veio mais tarde, com o Estatuto do Trabalhador Rural.

Nos anos 1950, a CEPAL, através de um dos seus principais expoentes, Celso Furtado, inaugurou o método histórico-estrutural e propôs uma avaliação das formações econômicas e sociais subdesenvolvidas formulando-lhes políticas de superação.

Oliveira, *In: A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado*, manifesta que

A tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do “desenvolvimento desigual e combinado” da tradição marxista (Lênin e Trotski) precisamente porque para Furtado e a Cepal o desenvolvimento é desigual — tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si — , *mas não é combinado*. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor “atrasado” é apenas um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de “exército de reserva” o “atrasado” cumpre em relação ao “moderno”: seria de supor que os excedentes populacionais produzidos pela lei interna de população do setor “atrasado” contribuíssem para, aumentando a oferta de mão-de-obra no setor “moderno”, rebaixar os salários reais, o que lhe realçaria as funções na acumulação do

“moderno”. Mas a tese dual-estruturalista postula que o atraso do “atrasado”, ao elevar os preços dos alimentos, contribui para elevar os salários do “moderno” e, por essa razão, converte-se em obstáculo à expansão do “moderno” (2003b, p. 13).

A tese que contrapõe o “moderno” e o “atrasado” orientou muitos dos trabalhos acadêmicos e as proposições políticas nos anos 1950, alimentado o debate entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, especialmente ao tratar do Nordeste brasileiro.

Para Celso Furtado e os autores que comungam com as teorias cepalino-furtadiana, o remédio para a superação do subdesenvolvimento passou a ser a industrialização e, num segundo plano a reforma agrária *“como elemento viabilizador da industrialização, pois, ao mesmo tempo em que cria mercado interno, aumenta a oferta de alimentos”*, superando as “atrasadas” estruturas que se contrapõe ao novo “moderno”, a indústria (Ibid, p. 14).

Mas, ao combinar a tese cepalina e a marxista, reconhecimento que só virá mais tarde, Oliveira analisar o desenvolvimento regional e os conflitos de classe no Nordeste e explica que a política econômica que conduziu o processo de industrialização do Nordeste conseguiu reduzir

as formas de reprodução da economia agropexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução (Id., 1981, p. 83).

E mais, como foram ditadas pelos interesses da reprodução do capital industrial, não consegui superar a situação de subdesenvolvimento.

As mudanças nas relações sociais de produção levaram a uma gradativa proletarização do trabalhador rural frente às mudanças na composição orgânica do capital, especialmente na composição técnica da parte fixa (novas culturas) e circulante (adubos, defensivos agrícola) do capital constante, ou seja, pela modernização da agricultura.

O autor explica também que, de qualquer forma, houve espaço para a expansão da lavoura de técnica mais atrasada e da lavoura com uso de insumos e equipamentos ditos modernos. Assim, a combinação entre a oferta elástica de mão-de-obra e a oferta elástica de terra nas fronteiras agrícola reproduziu uma incessante acumulação primitiva na agricultura.

Todavia, Oliveira (2003) adverte que a acumulação primitiva aqui referida não pode ser entendida dentro da mesma concepção que Marx apresentou no *O Capital*, enquanto ponto de partida para a acumulação capitalista.

Trata-se de uma expansão capitalista, no campo e na cidade. Ao ser pautada pela combinação de desigualdades, no Brasil ela se dá

Introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo (Ibid, 60).

Para Francisco de Oliveira, que entrou em “forte discordância com as teorias do atraso da agricultura como fator impeditivo para o desenvolvimento”. Embora coadunasse com a tese do movimento combinado e contraditório do capital, não se identifica com a tese da reprodução camponesa enquanto resultante deste movimento. Ele evidencia a decadência das formas de reprodução não-capitalista, visto que, o *proletariado semi-camponês* apenas consegue produzir para manter certo patamar de condições de vida frente aos baixos custos das mercadorias agrícolas e ao bloqueio da estrutura fundiária.

Repensar o Camponês para Pensar o Espaço Rural

Até a segunda metade da década de 1950 vários termos eram usados para identificar o pequeno produtor rural - matuto, caipira, rurícola, colono, lavrador etc, menos camponês. Ele tem, historicamente, ficado a margem dos processos sociais e político e por isso, guarda entre os intelectuais e políticos um sentido duplo e de cunho pejorativo indicando atraso, submissão política e miséria como ficou claro nos estudos clássicos de Lênin e Kautsky.

Ao apresentar a constatação acima, Bruno K. Comparato (2003) explica que somente com a instalação das Ligas Camponesas é que o tema do campesinato foi pautado como debate central dentro do Partido Comunista Brasileiro e nas academias, tendo como expoente Caio Prado Júnior⁶.

Já José de Souza Martins (1986) afirma que foi o Seminário sobre *O Capital*, realizado na USP nos anos 1960, que estabeleceu as bases teórico-metodológicas para se pensar a importância das chamadas *populações camponesas na contradição do desenvolvimento do capital* (1986, p. 120).

Diferente de Comparato, Martins identificou várias ensaios elaborados ainda no século XIX onde “o camponês brasileiro, na sua óbvia diversidade, era tratado como excluído, estando fora do processo social” (Ibidem, p. 120).

Não vamos nos deter no resgate histórico das concepções teórico-metodológicas que orientaram os estudos sobre campesinato, mas, inicialmente recorrer a Ariovaldo U. de Oliveira (2001) para recuperar os elementos da produção camponesa⁷.

Os elementos que se destacam na caracterização da produção camponesa são:

1. A força de trabalho familiar é o motor do trabalho na produção, mantendo-se aberta as possibilidades de assalariamento temporário (trabalho alugado ou trabalho acessório) para garantir uma renda monetária suplementar, a ajuda mútua e a parceria, predominando a última dado as limitações financeiras;
2. A socialização é o elemento que garante a reprodução enquanto ser social camponês e rural, pois, a unidade familiar camponesa é espaço da vida e da produção e assim, é também espaço de socialização, de aprender a ser membro de uma sociedade (a rural) e ter um papel na divisão social do trabalho;
3. A família detém a propriedade da terra e com isso a autonomia para mantê-la como *terra de trabalho*. Mesmo diante do avanço do capitalismo, para o

⁶ Com as obras *Formação do Brasil Contemporâneo e A Questão Agrária*;

⁷ Ao apresentar os elementos que caracterizam a produção camponesa, Oliveira toma por base o trabalho de José Vicente Tavares dos Santos intitulado *Colonos do Vinho*, uma adaptação à realidade brasileira da obra de Chayanov.

camponês a terra não é mercadoria, é um instrumento de trabalho que lhe garante a vida;

4. Com a propriedade da terra e dos meios de produção o camponês não quer se submeter a rigidez da jornada de trabalho imposta pelo capitalista. Todavia, o modelo tecnológico lhe impõe o trabalho pesado (a auto-exploração familiar), mas que pode ser reduzido com o acesso ao progresso técnico.

O que articula todos estes elementos é a circulação simples de mercadoria, compreensão que Oliveira foi buscar também em José Vicente Tavares quando disse que “o camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor detém a propriedade dos meios de produção”, entre eles a terra (*Op. Cit.* Oliveira, 2001, p. 64).

Esta leitura da unidade de produção camponesa só é possível porque está fundamentada na abordagem teórica que lê a expansão do capitalismo como um movimento combinado e contraditório. Fora disso, a leitura indicaria sua extinção.

Sobre as teses que abordam a extinção do camponês Thomas Jr. (2005, p.13) alerta que os autores que desconhecem as possibilidades de existência do camponês frente a intensificação das relações capitalistas, também não o reconhecerá como um “ator efetivo da resistência e das transformações sociais” e ainda acrescenta que, apenas aqueles que entendem Marx “como teórico das rupturas, da luta de classes e não como das uniformidades, [conseguirá entender o] campesinato como uma criação das relações contraditórias do capitalismo”, tal qual encontramos nos estudos de Martins (1981, 1989) e de Oliveira (1991, 2004), ambos apoiados em Rosa Luxemburgo.

Isso significa dizer que existem outras possibilidades de tratamento e de análise dos rumos a ser seguido pelo pequeno produtor rural ou camponês frente a intensificação das relações capitalistas. Como os autores citados apontaram, um caminho possível pode ser o da resistência ao modelo econômico e do enfrentamento aos interesses de classe representados pelo agronegócio, onde só a organização política da classe trabalhadora é capaz de materializar tal resistência.

Todavia, numa análise interna, alguns movimentos sociais ligados a Via Campesina reconhecem que as condições ideológicas geradas pela

propriedade privada e pelo trabalho familiar têm reduzido ou eliminado a expressão social das relações, reduzindo-a a uma relação pessoal direta e isolando-a da participação social coletiva e da luta de classes (debate interno em outubro/2006).

É por isso que na análise da vida econômica do camponês temos que considerar seus tensionamentos, pois, com a expansão do capitalismo no campo, os frutos do seu trabalho na atividade agropecuária já não são mais suficientes para garantir-lhes o auto-sustento.

Os tensionamentos são acirrados frente as limitações de uma economia mercantil simples, pois, as condições de reprodução da família camponesa são precariamente mediadas por recursos financeiros, sofrendo ainda, às pressões do metabolismo do capital inerentes ao sistema dominante.

Como comprova Martins (1995) , tal pressão se dá em duas frentes:

- 1) pela presença da mercadoria na vida camponesa criando a carência de dinheiro e;
- 2) pela deteriorização das relações de troca entre mercadorias produzidas e vendidas e as mercadorias a serem compradas pelo camponês, induzindo-o a se disponibilizar a vender sua força de trabalho para garantir o pagamento em dinheiro.

Outros processos também contribuem para este tensionamento:

- A exclusão do trabalhador rural do mercado de trabalho formal pela reduzida escolarização e capacitação técnica;
- O modelo tecnológico adotado, que utiliza intensivamente a mão-de-obra familiar no trabalho produtivo, reduzindo suas possibilidades de avançar na escolarização e capacitação técnica;
- O peso econômico dos jovens sob a família no período entre safra, estimulando sua saída, ou o peso da sua ausência pela presença na escola no período de safra, especialmente na colheita;
- O poder ideológico do agronegócio e do mundo urbano que disputam ideologicamente com os movimentos populares as mentes e os corações do povo brasileiro.

Não iremos nos ater, neste estudo, às causas e problemas da exclusão, mas não podemos desconsiderá-las em nossas análises. Contudo, reconhecendo as ebulições rurais provocadas pela expansão do sistema capitalista e olhando para nosso objeto de estudo, algumas questões devem ser levantadas.

- O que acontece com a força de trabalho no/do campo frente a formação do mercado interno brasileiro?
- Qual o caráter da produção dos grupos de pequenos produtores rurais?
- Frente ao controle do comércio agrícola, que relações foram estabelecidas entre os camponeses e médios produtores rurais?
- Qual a importância da estrutura fundiária para o processo de reprodução, desintegração ou (re)significação do espaço rural?

Esclarecemos ainda que as respostas desenhadas ao longo deste trabalho só podem ser consideradas dentro de um contexto socioeconômico e territorial construídos historicamente.

Bibliografia

- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo, Expressão Popular, 2003.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: RAMOS FILHO Luiz O. e ALY JÚNIOR, Osvaldo. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo, INCRA, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de. Mundo rural e geografia. São Paulo, Ed. Unesp, 2002.
- LIMA, Silvana L. da S. As políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe – Ceará. Fortaleza, 2000. (Dissertação de Mestrado – Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará).
- _____. Gestão Coletiva no Sertão Nordeste: a experiência do Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa – Ceará. Gramado, ENGA/UFRGS, 2004. (Anais XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA).
- LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas). São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

- _____. A militarização da reforma agrária no Brasil – terra e poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. Reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”. São Paulo, Hucitec, 1986.
- _____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Revista de sociologia da USP – tempo social. Junho. Vol. 6. Nº 1-2. 1995.
- _____. O cativo da terra. 7ª ed. São Paulo, Hucitec, 1998.
- MARX, Karl. O Capital - crítica da economia política: O processo global da produção capitalista. v.3, L.III. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os assentamentos no centro de nossas ações. Texto de reflexão interna. *Contribuição de Horácio Martins*. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, outubro/2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. As transformações territoriais recentes no campo brasileiro. São Paulo, FFLCH/USP, 1998. (Prova de erudição apresentada para o concurso de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Geografia da USP).
- _____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Novos caminhos da geografia. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). São Paulo, Contexto, 1999. (Caminhos da Geografia).
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Revista Terra Livre. São Paulo, AGB, jul/dez.2003. (ano 19 – vol.2, nº 21, p. 113-156).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, MARTINS, Horácio. Agricultura brasileira: tendências, perspectivas e correlação de forças sociais. Cadernos de Formação – Via Campesina, janeiro de 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- _____. Crítica à razão dualista – o ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003a.
- _____. A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo, Boitempo, 2003b.
- PRADO JR. Caio. História econômica do Brasil. 41ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SILVA, J. Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981.
- _____. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996. 217p.
- _____. O que é questão agrária. (17ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1994. 106 p. (Coleção Primeiros Passos).
- STÉDILE, João Pedro (Coord.). A questão agrária hoje. Ed. UFRGS, 2002.
- _____. A questão agrária no Brasil 2 – o debate na esquerda: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI e os desafios para o trabalho. In: Revista Pegadas. Presidente Prudente, UNESP, novembro/2004. (V. 5, nº 1 e 2).
- _____. (Des)realização do trabalho no campo e os limites da teoria (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil).

Recebido em agosto de 2009

Aprovado em julho de 2010